

# **As categorias verbais *tempo, aspecto, modalidade e referência*: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva**

**Márluce Coan<sup>1</sup>, Angela Back<sup>2</sup>, Mariléia Reis<sup>3</sup>, Raquel Freitag<sup>4</sup>**

<sup>1</sup>Departamento de Letras Vernáculas – Universidade Federal do Ceará (UFC)  
Av. da Universidade, 2683 – 60020-180 – Fortaleza – CE – Brasil

<sup>2</sup>Departamento de Letras – Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)  
Av. Universitária, 1105 – 88806-000 – Criciúma – SC – Brasil

<sup>3</sup>Departamento de Letras - Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)  
Av. José Acácio Moreira, S/No. - 88.700-000 Tubarão SC

<sup>4</sup>Centro de Comunicação e Expressão – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)  
Sala 406, Bloco B – 88.040-900 – Florianópolis– SC – Brasil

coanmalu@terra.com.br, angela.back@brturbo.com.br,

mariléia@brturbo.com.br, rkofreitag@uol.com.br

**Abstract.** *Starting from an excerpt of speech data, verbal categories of time, aspect, modality and reference are analyzed in this work, based on functionalist assumptions. Our analysis points out that the expression of these categories cannot be related to its morphosyntax features only, rather it is fundamental to consider the influence of the discourse context.*

**Keywords.** *Tense; aspect; modality; reference.*

**Resumo.** *Neste trabalho, analisamos as categorias verbais de tempo, aspecto, modalidade e referência com base em pressupostos funcionalistas e a partir de um excerto de dados de fala. Nossa análise aponta que a expressão dessas categorias não pode ser relacionada apenas às suas manifestações morfossintáticas, sendo fundamental considerar a influência do contexto discursivo.*

**Palavras-chave.** **tempo; aspecto; modalidade; referência .**

## **1. Introdução**

Neste artigo, propomo-nos a abordar pressupostos teóricos referentes às categorias verbais *tempo, aspecto, modalidade e referência* (TAMR), ilustrando cada uma com exemplos retirados de um mesmo excerto, que citamos no quadro 4, em anexo. O excerto é parte de uma narrativa oral de entrevista feita em Florianópolis/SC que integra o Banco de Dados do Projeto VARSUL-UFSC (Variação Lingüística Urbana na Região Sul). Nossa análise, de orientação funcionalista, visa ao tratamento das categorias TAMR, em perspectiva discursiva, proposta que vem sendo desenvolvida e aplicada no âmbito das pesquisas sobre o português falado na região Sul do Brasil. Iniciamos nossas considerações

pela exposição do tempo verbal como estratégia de mapeamento do tempo, seguindo na direção da referência, que determina qual a interpretação discursiva mais adequada quando do emprego deste ou daquele tempo verbal. O aspecto entra em pauta, pois a interpretação de uma situação envolve noções de delimitação e duração. Por fim, chegamos à modalidade, por envolver a atitude do falante frente à situação por ele descrita/apresentada. Ao abordarmos essas quatro categorias, cremos fornecer subsídios para uma análise discursiva dos tempos verbais.

## 2. Tempo verbal

O tempo verbal é uma das várias estratégias desenvolvidas para codificar tempo. Tempo verbal, geralmente, não expressa o fluxo do tempo, mas simplesmente uma seqüência de eventos. Além disso, as seqüências temporais representadas pelos tempos verbais podem não espelhar as relações de tempo real, embora freqüentemente o façam (conforme Fleischman, 1982:08). Dissemos que o tempo verbal é uma estratégia de codificação do tempo, porque línguas naturais podem marcar o tempo por meio de locuções adverbiais e pelo contexto. A título de ilustração, considerem-se: o chinês (em que é possível enunciar sentenças com conteúdo temporal, mesmo sem qualquer expressão temporal aberta, conforme Enç, 1996:345) e o Burmese e o Dyirbal (em que a distinção temporal é feita lexicalmente, por advérbios, ou contextualmente, conforme Comrie, 1990).

Em português, a partir do momento da enunciação, pela relação de simultaneidade, anterioridade e posterioridade, três tempos podem ser descritos: presente, passado e futuro. No entanto, duas restrições impedem-nos de abordar apenas essas relações verbais: a) em enunciados descrevendo mais de um estado de coisas, a ordenação temporal é mais complexa, visto que os estados de coisas descritos são ordenados relativamente ao momento de enunciação mas, para além disso, são ordenados uns relativamente aos outros (Mateus *et al.*, 1983:104-105) e b) dessa restrição decorre outra: como há um maior número de relações temporais, precisamos de uma interpretação mais complexa, a qual, de acordo com Reichenbach (1947), deve envolver um ponto de referência. Por exemplo, quando queremos expressar uma situação passada em relação ao momento de fala e, também, passada em relação a outra situação, uma das formas de codificação, em português, é o pretérito mais-que-perfeito composto, conforme exemplo abaixo:

(01) aí fui contar pra elas, que não, que eu estava era grávida, que eu TINHA FEITO os exames, que foi dado positivo. (L. 40-41)

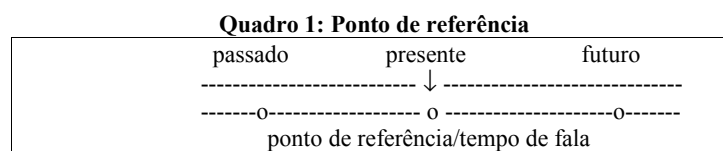
embora a mesma relação possa ser codificada pelo pretérito perfeito simples do indicativo (FIZ), o que nos leva à primazia da função em relação à forma de codificação.

## 3. Ponto de referência

Incluimos, no domínio TAM (Givón, 1984; 1993), a categoria **Referência** porque, também, compõe a significação dos tempos verbais. Concebendo tempo verbal como uma categoria discursiva, justifica-se a inclusão do ponto de referência, visto que determina a interpretação do tempo verbal em português. A corroborar a importância da noção de ponto

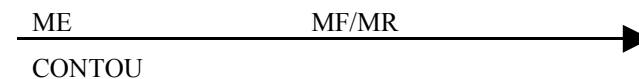
de referência para a interpretação temporal, Givón (1984) destaca dois traços como fundamentais à conceituação da expressão do tempo em sistemas de tempo verbal: sequencialidade (sucessão de pontos/momentos) e ponto de referência (tempo da performance do ato de fala).

De acordo com Givón (1993), embora pontos de referência no passado ou no futuro sirvam à interpretação de uma determinada situação, o ponto de referência mais comum nas línguas é o tempo de fala, conforme indicamos no diagrama abaixo. Nesse sentido, Givón, como Lyons (1977), vê o tempo verbal como parte de um *frame* (modelo/cenário/plano) dêitico de referência temporal que gramaticaliza a relação entre o tempo da situação e o ponto zero temporal do contexto dêitico (momento de fala).

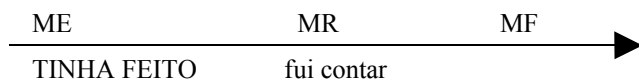


Para caracterizar situações na linha temporal, pode-se utilizar a estrutura de três pontos apresentada por Reichenbach (1947): o momento do evento, o momento de referência e o momento de fala. Vejamos a diagramação para o pretérito perfeito *contou*, em que o ponto de referência é o momento de fala, e para o pretérito mais-que-perfeito composto *tinha feito*, em que há um ponto de referência diferente do tempo de fala:

(02) Então a mãe da Ana, a gente CONTOU pra ela primeiro... (L.48)



(03) Aí fui contar pra elas (...) que eu TINHA FEITO os exames... (L. 40-41)



Fleischman (1982) e Mattos (1996) referem-se a uma caracterização mais pragmática de referência, observando que a referência pode não estar explicitada no discurso, embora possa ser reconstituída. O ponto de referência é, então, uma situação de ordem semântica ou pragmática a qual uma outra situação está vinculada. Consideremos mais dois exemplos:

(04) Quer dizer, porque a minha família, como eu já te FALEI, é uma família tradicional. (L. 19-20)

Percebemos que a forma verbal *falei*, na retomada acima, pode ser substituída por uma forma de pretérito mais-que-perfeito. Em qualquer dos casos (perfeito ou mais-que-perfeito), o que está em jogo é a retomada, que tem sua primeira menção recuperável no contexto discursivo precedente, sendo este a referência. E em:

(05) Nunca TINHA ACONTECIDO isso. (L. 20)

o ponto de referência é pressuposto: a presença do advérbio *nunca* informa que a negação de acontecer se sustenta apenas até a ocorrência da enunciação do dado.

#### 4. Aspecto

A categoria gramatical do *aspecto*, tradicionalmente, está relacionada aos diferentes modos de perceber a constituição temporal interna de uma situação (Comrie, 1976). Assim como o tempo, o aspecto não é marcado exclusivamente por um elemento gramatical, mas por diferentes categorias (aspecto inerente ao verbo, aspecto codificado pela morfologia verbal, aspecto codificado pelos modificadores adverbiais) que interagem entre si. Para classificar os valores aspectuais denotados pelos verbos, assumimos a proposta aspectual de Castilho (1994, 2003), considerando também as adaptações de Wachowicz (2003), sistematizada no quadro 2 (Castilho (2003) subespecifica o perfectivo em *resultativo e pontual*, e o imperfectivo em *inceptivo, cursivo e culminativo*; Wachowicz (2003) considera o resultativo um estado de coisas à parte).

**Quadro 2: Valores aspectuais**

Valores aspectuais			
Estados de coisas	<i>Permansivo</i>	Critério Quantitativo	<b>Episódico</b>
			<b>Iterativo</b>
			<b>Habitual</b>
	<i>Operativo</i>	Critério Qualitativo	<b>Perfectivo</b>
			<b>Imperfectivo</b>

Primeiramente, o valor aspectual é analisado nas estruturas intransitiva e transitivas, nível interno da aspectualidade. Posteriormente, analisam-se os valores determinados pelas modificações adverbiais, no nível da aspectualidade externa. As aspectualidades interna e externa compõem a aspectualidade da *estrutura*; para além da estrutura, há o *contexto*. A aspectualidade da estrutura é a que pode ser mensurada. Já a influência do contexto pode apenas ser observada, por meio de inferências, já que não é possível recuperar o que se passava na mente do falante no momento da enunciação. Esta proposta de análise considera a noção composicional de aspecto. Uma situação pode ter leitura episódica no nível da frase, mas no contexto pode ter valor habitual. É preciso considerar que os valores aspectuais podem se sobrepor no plano estrutural, sendo desambigüizados pelo contexto.

Os valores aspectuais estão pautados em dois estados de coisas – *permansivo* e *operativo*. O estado permansivo não muda no decorrer do tempo, sendo incontável, homogêneo e contínuo. Observe-se:

(06) Como eu SOU ( $S_1$ ) muito nojentinha com higiene, eu ACHAVA ( $S_2$ ) que durante a menstruação, tu não podias fazer” (L. 3-4).

As duas situações destacadas denotam aspecto permansivo. O intervalo da estrutura temporal de  $S_1$  é aberto, sendo coincidente com o momento da fala. Já o intervalo de  $S_2$  é fechado, sendo que seu fechamento é dado contextualmente, por pistas textuais (“*nos primeiros dias da gravidez*”). As situações  $S_1$  e  $S_2$  são constantes nos intervalos da estrutura temporal, pois não há mudança de estado.

O operativo refere-se aos estados de coisa que mudam no intervalo da estrutura temporal, podendo ser contado. Está subcategorizado de acordo com dois critérios: o da qualidade (imperfectivo e perfectivo) e o da quantidade (episódico, habitual e iterativo). Castilho (1994) chama de semelfactivos e iterativos os aspectos operativos qualitativos; a

distinção entre iterativo e habitual é feita por Wachowicz (2003), embora Castilho (*op. cit.*) faça distinção entre iterativo determinado e indeterminado. Vale salientar que não existe uniformidade na literatura para a rotulação dos valores aspectuais

Quanto à qualidade, as situações são classificadas em perfectivas e imperfectivas. A perfectividade está relacionada ao traço de telicidade da situação, ou, mais especificamente, uma situação perfectiva só tem existência quando do seu desfecho. Assim:

(07) Eu ENFRETEI gravidez sozinha” (L. 1) e

(08) Aí RESOLVI ir no médico (L. 15-16)

são exemplos de situações perfectivas. A primeira, de acordo com a classificação de Castilho (2003), é uma situação perfectiva resultativa, pois se refere a uma mudança de estado de coisas; a segunda, uma situação perfectiva pontual.

A imperfectividade está relacionada ao traço de atelicidade. Uma situação imperfectiva tem sua existência já quando inicia, independentemente de um ponto final no intervalo da estrutura temporal. Ilustram uma situação imperfectiva:

(09) Porque ingénua, a gente não ERA bem esclarecida. (L.4-5)

(10) E o copo não talhava mas a menstruação não VINHA. (L. 12-13)

O quadro 3 resume as relações entre determinação do intervalo da estrutura temporal e recorrência da situação.

**Quadro 3: Relações aspectuais decorrentes da interação entre intervalo da estrutura temporal e recorrência da situação**

Recorrência da situação	Intervalo da estrutura temporal	
	<i>Determinado</i>	<i>Indeterminado</i>
<i>Uma vez</i>	<b>Episódica</b>	
<i>Mais de uma vez</i>	<b>Iterativa</b>	<b>Habitual</b>

Observe-se a seqüência:

(11) Mas ainda nós VOLTAMOS (S<sub>3</sub>) FOMOS na casa (S<sub>4</sub>), e tudo. Aí eu LEVEI a cachaça (S<sub>5</sub>), CHEGUEI de noite (S<sub>6</sub>), ESQUENTEI o chá (S<sub>7</sub>) e BOTEI (S<sub>8</sub>). Mas a minha irmã e a minha prima dormiam comigo, aí elas PERGUNTARAM (S<sub>9</sub>) porque que eu ESTAVA TOMANDO aquilo (S<sub>10</sub>)”. (L. 36-38)

A leitura aspectual de S<sub>3</sub>-S<sub>10</sub> é episódica, trata-se de situações que ocorrem apenas uma vez no intervalo da estrutura temporal. Do ponto de vista qualitativo, S<sub>3</sub>-S<sub>9</sub> são situações com leitura episódica perfectiva, e S<sub>10</sub>, com leitura episódica imperfectiva. Já no excerto (12), (S<sub>11</sub>) - (S<sub>14</sub>) podem ter tanto leitura habitual como iterativa. As situações ocorrem mais de uma vez na estrutura temporal, o que é sinalizado pelo trecho destacado. Para desambigüizar a leitura aspectual das situações, é preciso verificar a (in)determinação do intervalo da estrutura temporal. A seqüência aponta que o intervalo da estrutura temporal é determinado textualmente “*Aí, isso aí já estava fazendo quinze dias que já tinha passado a minha do prazo, né?*”, sendo que a expressão “isso aí” retoma o conjunto de situações (S<sub>11</sub>) - (S<sub>14</sub>). O contexto, neste caso, determinou a leitura aspectual iterativa.

(12) Então: “Pega um copo que tem leite e faz xixi. Se talhar o leite é porque tu estás grávida.” E o copo não TALHAVA (S<sub>11</sub>) mas a menstruação não vinha. Aí eu PEGAVA os copos (S<sub>12</sub>), COZINHAVA (S<sub>13</sub>); no lado da casa da minha mãe tem um muro, um terreno baldio. COZINHAVA os copos (S<sub>14</sub>) porque senão ali

também depois ia fazer até os cálculos. Foram dois, três copos. E não deu resultado nenhum. Aí, *isso aí já estava fazendo quinze dias que já tinha passado a minha do prazo*, né? (L.11-15)

Retomando parte da seqüência do exemplo (11), podemos observar que em “*Mas a minha irmã e a minha prima dormiam (S<sub>15</sub>) comigo*”, o intervalo da estrutura temporal não é definido. Entretanto, dado nosso conhecimento de mundo, podemos inferir que a situação de dormir ocorre mais de uma vez, considerando o fato de morar na mesma casa, e, neste caso, a leitura aspectual é habitual. Embora a noção de aspecto refira-se à estrutura temporal interna de uma situação, em se tratando de análise de fala, recorreremos ao entorno temporal do contexto comunicativo/situacional para estabelecer a leitura de aspecto. Faz-se necessário discutir mais aprofundadamente como considerar esta influência do contexto na leitura do aspecto.

## 5. Modalidade

A modalidade, nos termos givonianos, distribui-se numa hierarquia, como supermodalidade > modalidade > submodalidade, ou não-fato > irrealis > deôntica/epistêmica. Em Givón (1993:113; 2001:300), é estabelecida uma (re)definição dos tipos de modalidades a partir da tradição lógica. Numa abordagem funcional, a modalidade passa a ser tratada, então, no contexto comunicativo, com os tipos lógicos redefinidos em: a) pressuposição (verdade necessária), b) asserção ‘realis’ (verdade actual), c) asserção ‘irrealis’ (verdade possível) e d) asserção negada (não-verdade). O subsistema TAMR tem efeito cumulativo que extrapola o nível estrutural, e isso resulta na complexidade do seu domínio, pelo fato de permitir que um mesmo morfema acumule uma série de funções: lexicais, semânticas e, também, pragmáticas.

Para Fleischman (1982:13), a modalidade constitutiva de propriedades pragmático-discursivas tem sido definida como aquilo que tem relação com a atitude do falante sobre o conteúdo proposicional da sua declaração. Esta atitude do falante constitui seu julgamento epistêmico (de verdade, possibilidade, certeza, crença, evidência) e deôntico ou avaliativo (de desejo, preferência, intenção, habilidade, obrigação, permissão, necessidade, manipulação). A título de exemplificação, considerem-se: o estudo de Reis (2004), que nos mostra a modalidade em contextos de manipulação, para além do nível estrutural, e o estudo de Coan (2003) sobre dados diacrônicos dos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito, em que a autora, para analisar a modalidade expressa, considera alguns critérios contextuais com base em uma escala *Realis* 1 > 2 > 3 > 4 > 5 > 6 *Irrealis*, de mais para menos certeza.

Pode-se dizer, a partir da narrativa sobre o tema gravidez, e considerando-a como um todo multiproposicional, que a mesma se enquadra na modalidade *realis*, visto que os acontecimentos são factuais. Entretanto, há pontos focais que, por um lado, podem ser expressos de modo imperativo com vistas à manipulação e, por outro, mesmo diante dos acontecimentos factuais, há ponderação que remete à interpretação não-factual, o que nos leva a recortar situações em que há a manipulação. Nesta seção, portanto, o recorte se fará sobre estes contextos: manipulação gradual mediante uso de formas do imperativo (*realis*) e pretérito imperfeito do subjuntivo (*irrealis*).



A demonstração de que níveis modais de categoria verbal podem extrapolar o nível estrutural focaliza o uso do imperativo de segunda pessoa do singular, a partir da variante indicativa, como em *canta*, e da variante subjuntiva, como em *cante*. Não podemos reconhecer a modalidade de comando constituinte deste modo verbal apenas num morfema gramatical: na formação da segunda pessoa do singular do imperativo português, a partir do modelo grego, tem-se o morfema *-a*, de *canta*, que, por preservar a vogal temática do verbo, designa que esta variante é oriunda do modo indicativo, e, conseqüentemente, determinante de atitude *de certeza*; por outro lado, o *-e*, de *cante*, designa a natureza do modo subjuntivo, e, por extensão, a atitude de *incerteza*.

No primeiro fragmento a seguir, exemplo (13), há o contexto manipulativo em que a informante reporta um procedimento para saber se está ou não grávida. A partir do exemplo (14), discutimos o grau de *irrealis* nos contextos não-factuais, em que delimitamos, para análise, as seqüências discursivas nas quais o pretérito imperfeito do subjuntivo apareceu.

(13) Então: “PEGA um copo que tem leite e FAZ xixi. Se talhar o leite é porque tu estás grávida.” E o copo não talhava, mas a menstruação não vinha. (L. 11-12)

O comando da ação verbal em (13), mediante o uso da variante indicativa (PEGA, TRAZ), é dado por uma amiga supostamente mais experiente que a pessoa com evidência de gravidez. E, também, supostamente mais velha, dada a segurança com que ‘prescreve’ a orientação. Uma vez comprovados esses dados na narrativa (e o foi), consideramos o enunciante, em (13), um manipulador de força manipulativa maior que o enunciatário (suposta grávida), o que justificaria o uso de tal variante verbal.

(14) Ai ela estava apavorada não tem? Ai ela me *aconselhou* que eu TIRASSE.(L.18)

De fato, sua amiga a aconselhou. O contexto de *irrealis* está na possibilidade de ela levar a cabo o conselho, que é fato atribuído a sua interlocutora. A interpretação se dá no limite estrutural do próprio período. Já no contexto seguinte, o contexto de *irrealis* está refratado justamente no sentimento do falante, segundo seu conceito de valor.

(15) ...mas um dia eu *ia querer* ter um filho, e pra mim *era* como se eu PEGASSE um revólver, e TIVESSE matado um filho meu. (L. 24-25)

Assim, percebe-se que o grau de *irrealis* é maior em relação ao primeiro excerto (exemplo 14), chegando à escala do improvável numa espécie de seqüência de eventos que se apresentam ao auditório modalizados. Situação esta que está ancorada no discurso para além do período, marcada pelos enunciados verbais “*ia querer*” e “*era*”, e, embora o imperfeito do subjuntivo esboce uma interpretação *irrealis provável*, dentro de uma escala de *irrealis*, a exemplo do que propõe Coan (2003), a forma do imperfeito do indicativo, nesse caso, acentua ainda mais o improvável, culminando com a interpretação *irrealis* no contexto seguinte no qual está inserida a forma “*tivesse*”. Curiosamente, o fragmento a seguir revela, por meio do pretérito imperfeito do subjuntivo, uma certeza. Vejamos:

(16) Ai na hora ele disse: “Eu não tenho nada, eu nunca fiz nada”, *agiu* de outra maneira, como se nunca TIVESSE me visto na frente dele, não tem? (L 42-44)

O parceiro em questão contribuiu efetivamente para o estado lactante da informante, e esse “nunca tivesse” se reveste de certeza: “ele a viu”. O que o enunciado revela não é uma situação hipotética que poderia ou não ocorrer, mas uma situação que de fato ocorrera.

Novamente, a certeza se pauta em todo o discurso narrativo. Nesse caso, pode-se lançar mão do que afirma Lyons (1979:326) ao observar que o passado se combina com o modo de tal maneira que introduz um matiz por vezes mais “incerto” ou mais “distante” ou mais “polido”, pontuando que a categoria tempo se converte em uma expressão secundária, nesses casos. Seguindo essa mesma linha argumentativa, Bello (1847) atribui a proposições valores metafóricos, a partir dos quais o que estaria em evidência não diz respeito ao tempo, i. e., o que está por trás da idéia de valores metafóricos para as formas verbais refere-se ao fato de se fazer uso de uma forma que, prototipicamente, estaria reservada a valores temporais, a fim de expressarem outros valores como uma negação modalizada, por exemplo.

No caso específico do imperativo, por constituir um ato de fala que prevê uma relação direta entre os interlocutores, evidencia-se a natureza da relação sociopessoal institucionalizada entre o manipulador e o manipulado. Certamente, o contexto para interpretação modal não se limita ao nível estrutural. Para Palmer (1986), Lyons (1977) e Bybee *et al.* (1994), a modalidade refere-se a todos os elementos não-proposicionais de uma sentença, *e isso diz respeito à inclusão de outras categorias gramaticais distintas* (Palmer, 1986:14), numa espécie de composicionalidade, a exemplo do que foi discutido na análise do aspecto (seção 4). O que se pretende não é desprover os valores nocionais do modo verbal e da modalidade gramaticalmente associados ao verbo, mas estendê-los ao discurso.

## **6. Considerações finais**

O estudo das categorias verbais TAMR, a partir de um excerto real de fala, apontamos que é preciso investigar mais aprofundadamente a relação que é estabelecida entre essas categorias e aquilo que chamamos de contexto ou discurso. As definições para as categorias TAMR foram propostas, inicialmente, a partir de frases (ou sentenças, como é o caso de Reichenbach (1947)). Ao estendermos a análise para uma situação comunicativa real, temos que pensar em alternativas para lidar com as informações que vêm junto e que ajudam a compor a leitura de TAMR dos verbos. O papel do indivíduo na interação, as relações dêiticas que são constituídas, conhecimento compartilhado entre falante e ouvinte e a influência do tipo de seqüência textual (Back *et al.*, 2004) mostraram-se relevantes na determinação dos valores TAMR. A categorização dessas informações é uma questão bastante complexa e merece atenção. Nossa meta é aprofundar os estudos neste campo, para que possamos contribuir mais significativamente na descrição das categorias verbais TAMR no português falado, incorporando aspectos que não costumam ser abordados nas descrições tradicionais.



## Referências

- BACK, A., ROST, C., DAL MAGO, D. FREITAG, R. Sequências discursivas em entrevistas sociolingüísticas. In: *Anais do 6º Encontro do CELSUL*. Florianópolis, 2004. (cd-rom)
- BELLO, Andrés. *Gramática de la lengua castelhana destinada al uso de los americanos*. Madrid: EDAF, 1948 (1847).
- \_\_\_\_\_. *Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castelhana*. IN: **Obra literaria**. Caracas: Ayacucho, 1979 (1841).
- BYBEE, J., PERKINGS, R., PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar: tense, aspect, and modality in the language of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CASTILHO, A. Aspecto verbal no português falado. In: M. Abaurre, A. Rodrigues (orgs.). *Gramática do português falado – novos rumos*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003. p. 83-121.
- \_\_\_\_\_. *Aspecto Verbal no Português falado*. Universidade de São Paulo, 1994. (mimeo).
- COAN, M. *As categorias tempo, aspecto, modalidade e referência na significação dos pretéritos mais-que-perfeito e perfeito: correlações entre função(ões)-forma(s) em tempo real e aparente*. Florianópolis, 2003. UFSC – Tese de Doutorado.
- COMRIE, B. *Tense*. 4 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- ENÇ, M. Tense and Modality. In: TAPPIN, S. *Contemporary Semantic Theory*. London: Blackwell, 1996, p. 145-358.
- FLEISCHMAN, S. *The future in thought and language*. New York: Cambridge University Press, 1982.
- GIVÓN, T. *A functional-typological introduction*. Vol. 1, Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1984.
- \_\_\_\_\_. Verbal Inflections: Tense, Aspect, Modality and Negation. In: *English Grammar: a functional-based introduction*. Vol I. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1993.
- LYONS, J.. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à Lingüística teórica*. São Paulo: Ed. Nacional: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 322-329.
- MATEUS, M.. *et al.* A categoria lingüística tempo. In: *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983, p.104-153.
- MATOS, S. Aspectos da semântica e pragmática do imperfeito do indicativo. *Revista Línguas e Literatura*. Portugal, v. XIII, p. 435-473, 1996.
- PALMER, F. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- REICHENBACH, H. *Elements of Symbolic Logic*. New York: Macmillan Company, 1947.
- REIS, M. S. 2003. *Atos de fala não-declarativos de comando na expressão do imperativo: a dimensão estilística da variação sob um olhar funcionalista*. Tese (Doutorado em Lingüística) – Curso de Pós-graduação em Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- WACHOWICZ, T. *As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro*. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2003. [tese de doutorado].

#### Quadro 4 - Excerto textual analisado

1	Que eu enfrentei a gravidez sozinha. Nos primeiros dias, assim, que eu engravidei, eu fui muito inocente de
2	acreditar na tabelinha, eu achava que dez dias depois da menstruação E não é, né? Desde o primeiro dia de
3	menstruação. Como eu sou muito nojentinha com higiene, eu achava que durante a menstruação, tu não podias
4	fazer. Então, achava que era depois então que tu podias começar contar, né? Porque ingênua, a gente não era bem
5	esclarecida. A mãe, assim, em relação de contar, de ficar mocinha, isso ela nunca que contou pra gente. Eu vim
6	saber através das minhas primas, da escola, que nem o meu pai é uma pessoa que nunca andou de short aqui,
7	imagina! De short na nossa frente. Agora que a gente está mais velha, que começou pegar no pé dele, então ele
8	começou. Então a família dele é uma família muito tradicional, muito Então eu era bem pouco esclarecida, o que
9	eu sabia E depois, não é! por exemplo: tu vais meter a cara, tu não vais sair, perguntar pra todo mundo como é
10	que é feito, não é? Então, depois que eu tive relações com o Jair, que eu vim descobrir que não era como eu tinha
11	feito. Aí, não veio a menstruação. Aí até, as mais experientes não me ensinaram. Então: "Pega um copo que tem
12	leite e faz xixi. Se talhar o leite é porque tu estás grávida." E o copo não talhava mas a menstruação não vinha. Aí
13	eu pegava os copos, cozinhava; no lado da casa da minha mãe tem um muro, um terreno baldio. Cozinhava os
14	copos porque senão ali também depois ia fazer até os cálculos. Foram dois, três copos. E não deu resultado
15	nenhum. Aí, isso aí já estava fazendo quinze dias que já tinha passado a minha do prazo, né? Aí resolvi ir no
16	médico. Aí foi onde que eu fui na Kasuê. Aí ela disse pra mim que tinha dez por cento pra eu não ficar, né? Aí foi
17	o único dia que realmente eu chorei, não tem? Fiquei meio apavorada. Aí eu fui nessa minha amiga que é a Ana,
18	perguntei de sexo pra ela. Aí ela estava apavorada, não tem? Aí ela me aconselhou que eu tirasse. Mas não pelo
19	fato de eu ter. Ela queria ver o meu bem, não tem? Quer dizer, porque a minha família, como eu já te falei, é uma
20	família tradicional. Nunca tinha acontecido isso. Todo mundo casou direitinho, de véu, grinalda, e tudo que se
21	manda o figurino. E eu fui a primeira a sair fora da linha, né? Então enfrentar meu pai, minha mãe, que eles me
22	davam liberdade, apesar de eu não aproveitar muito a vida noturna, mas era uma pessoa que eu podia sair, eles
23	confiavam em mim. Aí ela me aconselhou que eu tirasse. Mas eu tenho um pensamento assim: eu não condeno
24	ninguém que faça aborto. Só que eu pensava assim: eu tirava, não tem? mas um dia eu ia querer ter um filho, e
25	pra mim era como eu pegasse um revólver e tivesse matado um filho meu. Eu acho assim. Não condeno ninguém,
26	tá? que faça quem quiser, só que eu fazer, pra minha cabeça, eu nunca que ia dar isso. Então onde que eu criei
27	coragem, e enfrentei a gravidez toda, sozinha, não tem? Tive apoio, mas sozinha, né? E ela me deu muita força,
28	que, inclusive, no INPS, quem cuidava da parte de exames era um vizinho nosso. Como que eu ia levar um teste
29	de gravidez pra ele? Aí ela que levou porque ela não era quase conhecida. Aí ela levou, ela que foi pegar o
30	resultado pra mim. E me ensinaram chá caseiro, noz moscada, assim, com cachaça. Sei que tem um monte de
31	remédio. Aí eu até tinha uma prima minha que morava com a gente, que tinha vindo do interior e veio batalhar a
32	vida aqui, né? então morava lá com a gente. Aí de noite, elas viram eu tomar aquilo, fui lá na casa da Ana, tinha
33	cachaça do pai dela, que eles também são de Nova Trento, então eles traziam de lá daquela cachaça boa de . Não
34	sei se era de lá, sei que era cachaça boa. Aí a gente, de noite, no fundo, lá na casa dela tem fundo, e daí ela roubou
35	um pouco de cachaça. Aí depois, o que passar com o tempo, que a gente não sabe nem o perigo que a gente
36	Ficava cheio de bujão de gás que era o depósito deles. Mas ainda nós voltamos, fomos na casa, e tudo. Aí eu levei
37	a cachaça, cheguei de noite, esquentei o chá e botei. Mas a minha irmã e a minha prima dormiam comigo, aí elas
38	perguntaram porque que eu estava tomando aquilo. "Não, porque eu ando meio nervosa, e pra ver se me acalmo."
39	de manhã, me acordei, olhei pra minha roupa, nada. Aí acordei tão nervosa, tão irritada, né? "Sim, mas tu não
40	tomaste calmante ontem à noite e acordaste desse jeito?" Aí depois tive que abrir o jogo com elas, né? aí fui
41	contar pra elas, que não, que eu estava era grávida, que eu tinha feito os exames, que foi dado positivo. Aí agora,
42	conta para o pai e pra mãe! Aí eu fui contar para o Jair, né? Disse: "Ó, Jair, estou grávida." Aí na hora ele disse:
43	"Eu não tenho nada, eu nunca fiz nada", agiu de outra maneira, como se nunca nem tivesse me visto na frente
44	dele, não tem? Aí, eu fui para o resultado arrasada, né? Mas, sei lá, no fundo eu também aceitei, eu gostei, porque
45	eu gostava demais dele. Então a gravidez pra mim foi até boa, né? Eu me senti bem, então eu nunca fiquei
46	revoltada com a minha gravidez. Depois que eu soube o resultado do exame, nem chá de hortelã eu não tomava.
47	Eu tinha medo de perder. Então, aí no dia que foi pra contar para o pai e pra mãe, né? eu fiquei sem coragem, né?
48	Então a mãe da Ana, a gente contou pra ela primeiro, ela foi lá, contou para o pai e pra mãe. A mãe queria morrer,
49	né? Branca, branca, branca, branca. Ela não sabia o que que fazia.

(Fonte: Banco de Dados VARSUL – UFSC, Entrevista 20 - Florianópolis)